



## Acordo assegura direitos para quem vive na fronteira

Comissão de Relações Exteriores aprova texto em que Brasil e Argentina garantem para moradores das cidades fronteiriças direitos a educação, saúde e trabalho em ambos os países



Na reunião da CRE, presidida por Fernando Collor, senadores ratificaram acordo assinado entre Brasil e Argentina em 2005

Frequentar escolas e hospitais, trabalhar e circular com automóvel próprio dos dois lados da fronteira podem em breve ser direitos assegurados aos brasileiros e argentinos que vivem nas chamadas localidades fron-

teiriças vinculadas. As medidas fazem parte de acordo bilateral aprovado ontem pela CRE, que agora será votado pelo Plenário. Para obter os benefícios, o morador deverá pedir a emissão da carteira de trânsito vicinal fronteiriço. 5

### Fundo federal pode ajudar a recuperar áreas degradadas

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou projeto que permite o uso de parte dos recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente para recuperar áreas degradadas e torná-las agricultáveis. 7

### Ministra Izabella Teixeira debaterá Código Florestal em 2 de junho 6

### Oposição obstrui votação e vai ao STF contra duas MPs 3

### Senadores destacam ação do defensor público

Wilson Santiago, Mozarildo Cavalcanti e Rodrigo Rollemberg saudaram ontem a passagem do Dia Nacional da Defensoria Pública. Foi cobrada a convocação de profissionais já aprovados em concurso. 3



Márcio Kolumbe/Senado Federal



Gealdo Magalhães/Senado Federal

Após manifestação na Esplanada dos Ministérios, pessoas com deficiência auditiva foram recebidas por Lindbergh Farias, na Subcomissão da Pessoa com Deficiência (no alto) onde receberam apoio (abaixo)



Márcio Kolumbe/Senado Federal

### Manifestantes pedem escola bilingue com Libras

Pessoas com deficiência auditiva realizaram marcha na Esplanada e ato em subcomissão do Senado em busca de

apoio para que escolas adotem a língua brasileira de sinais (Libras). O objetivo é facilitar a inclusão social. 4



Jonas Pereira/Senado Federal



Jonas Pereira/Senado Federal

### Rainha Silvia e Xuxa querem fim de castigos físicos a crianças

Rainha da Suécia, que é brasileira, e apresentadora pedem a Sarney apoio para aprovar projeto, quando o texto chegar ao Senado. 4

Xuxa atraiu a atenção de crianças e adultos em sua passagem pelo Senado. A rainha Silvia (D) foi recebida pelo presidente Sarney e pela senadora Marta Suplicy

Presidente do Senado afirma que votação da proposta, na próxima semana, é vitória após dois anos de trabalho e diz que é preciso modernizar a administração pública

## Sarney prevê evolução com a reforma administrativa

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, declarou ontem que a reforma administrativa é uma "vitória que encerra um processo de dois anos de trabalho". Sarney destacou o esforço da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que realizou um estudo para a modernização da Casa, e as sugestões de servidores e senadores. Ele disse que o processo de reforma é importante porque as rotinas dos órgãos públicos carecem de mais agilidade.

– É preciso modernizar, pois

a administração pública como um todo está muito defasada. A reforma é um passo para a modernidade, pois o Senado já possui os melhores recursos humanos da administração – declarou.

O presidente afirmou que a reforma vai permitir mais dinamismo e economia para o Senado. Sarney também elogiou o relatório do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) para o Projeto de Resolução 96/09, que trata do assunto. A votação do texto,

na Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa, deve ocorrer na próxima semana, devido a um pedido de vista coletiva liderado pelo senador Cícero Lucena (PSDB-PB).

A reforma administrativa prevê, entre outras medidas, o corte de 48% no número de funções comissionadas, a indicação do diretor-geral pela Comissão Diretora, e não mais pelo presidente da Casa, e até a redefinição de atribuições do serviço médico e da comunicação social.

## Valadares mostra preocupação com desperdício de alimentos

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) comentou em Plenário estudo divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) indicando que cerca de um terço dos alimentos produzidos para consumo humano no mundo são desperdiçados, o que representa cerca de 1,3 bilhão de toneladas por ano.

– Esse valor, por si só, já nos provoca a reflexão. Afinal, ele nos indica que não faltam alimentos para acabar com a fome no mundo. Estará aí a saída para o problema da escassez mundial de alimentos e da alta dos preços internacionais? – questionou.

Segundo Valadares, o estudo mostra perdas e desperdício de alimentos em toda a cadeia produtiva e de abastecimento, da produção agrícola ao consumo doméstico. A distribuição do desperdício é diferente entre os países: na Europa e na América do Norte, desperdiça-se mais do que na África, na América do Sul e no sudeste Asiático.

– São desperdiçados de 95 a 115 quilos de alimentos por ano por pessoa nos países ricos, contra apenas 6 a 11 quilos nos países pobres e emergentes. O que os dados mostram é que o desperdício é maior onde há menos gente passando fome –



Moreira Moutz/Senado Federal

Valadares afirma que na Europa e na América do Norte se desperdiça mais

resumiu o senador.

O parlamentar lembrou que foi o autor da proposta de emenda à Constituição que incluiu a alimentação entre os direitos sociais. Valadares acredita que o direito à alimentação deveria ser incluído nas constituições de todos os países.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Garibaldi Alves pede envolvimento das autoridades e da comunidade

## Garibaldi alerta sobre consumo de drogas no RN

Garibaldi Alves (PMDB-RN) expressou preocupação com o aumento do consumo de drogas no Rio Grande do Norte, em especial no interior.

Segundo ele, mesmo com seu estado tendo um bom projeto de prevenção contra o uso de drogas – o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) –, houve, de janeiro a abril de 2011, um aumento de 587% na quantidade de drogas apreendidas pela polícia em relação ao mesmo período do ano passado.

– É necessário que sejam criados meios de combate mais eficazes, menos tímidos e que envolvam cada vez mais as autoridades federais e municipais e a comunidade – disse.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Ana Amélia resalta gastos para a Previdência causados pelas drogas

## Dependência gera licença trabalhista, destaca Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) ressaltou que, segundo o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, as licenças de saúde para tratamento de dependência de drogas aumentaram 24,4% de 2007 a 2010, o que deve gerar um gasto de R\$ 4 bilhões por ano para a Previdência.

A senadora também tratou dos setores industriais gaúchos. Segundo ela, produtores de arroz, máquinas agrícolas, vinhos e calçados estão sendo duramente afetados pelas medidas protecionistas impostas pela Argentina, pela desvalorização cambial, pela guerra fiscal e outros fatores.

Para Ana Amélia, "a relação de complementaridade do Mercosul está se transformando em relação de concorrência".



Waldemir Barreto/Senado Federal

Geovani: 35% da população tem problemas dentários

## Geovani elogia programa de saúde bucal

O anúncio feito pelo Ministério da Saúde sobre a inclusão dos tratamentos de ortodontia e implante dentário no programa de saúde bucal Brasil Sorridente foi saudado pelo senador Geovani Borges (PMDB-AP).

Ele lamentou que o Brasil ainda seja um "país dos banguelas", com mais de 7 milhões de pessoas nessa situação e mais de 35% da população precisando de algum tipo de tratamento bucal.

Segundo Geovani, o ministério pretende oferecer ainda este ano 1,15 milhão de atendimentos nas duas novas categorias, com o repasse de recursos para estados e municípios, de acordo com o ritmo de trabalho.

## Ana Rita lamenta conflitos em reintegração de posse no ES

A senadora Ana Rita (PT-ES) lamentou os conflitos na remoção de 300 famílias para cumprimento de uma ordem de reintegração de posse de terreno da prefeitura de Aracruz (ES), invadido há um ano e meio. Para a senadora, esses fatos só provam que o governo deve ter um olhar diferente para a questão da moradia, especialmente das populações mais vulneráveis.

– Temos que investir em políticas públicas na área habitacional. As cidades também precisam se preparar para atender às demandas e garantir o direito das pessoas de ter um local adequado para morar – disse Ana Rita, que pediu que prefeitos e governadores capacitem suas equipes para participar de programas habitacionais como o Minha Casa, Minha Vida.



Waldemir Barreto/Senado Federal

## Eduardo Amorim exalta os 43 anos de universidade

O senador Eduardo Amorim (PSC-SE) prestou homenagem e agradeceu à Universidade Federal de Sergipe (UFS) por seus 43 anos. Amorim disse que a criação da universidade foi "um momento especial, que mudaria os rumos da história sergipana, sob a ótica cultural, econômica, política e social".

– A UFS tem contribuído para o desenvolvimento de nosso estado como um todo. Tenho muito orgulho de ter sido um desses alunos da importante instituição de ensino do meu estado – afirmou.

O parlamentar notou que a UFS, que opera em cinco campi distribuídos por Sergipe, tem passado por reformas físicas e de posicionamento e vem se tornando uma instituição voltada para a inclusão.

No mesmo discurso, Eduardo Amorim lembrou o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes.

## Vicentinho Alves saúda aniversário de Palmas

Vicentinho Alves (PR-TO) lembrou, em discurso, que Palmas, capital do Tocantins, completa 22 anos hoje. Ele homenageou o município, "a sempre bela Palmas, cidade moderna, planejada", e disse que a criação do estado só foi possível graças à determinação de Siqueira Campos, que viria a ser o primeiro governador do estado, criado pela Constituição de 1988.

– Se temos Palmas, é porque tivemos a criação do estado. Se temos a criação do estado, é porque tivemos Siqueira Campos – afirmou.

Vicentinho Alves disse que a capital tocantinense já tem 200 mil habitantes e é atualmente a cidade que mais cresce no país, de acordo com o IBGE.

No primeiro dia de 2011, lembrou o senador, Siqueira Campos foi empossado pela quarta vez como governador do Tocantins.



Ex-aluno da UFS, Amorim sublinha "contribuição ao desenvolvimento"

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Sessão destinada apenas a discursos

14h A sessão de hoje é não deliberativa, destinada a discursos de senadores e comunicados da Mesa.

### CDH Mapa da Violência 2011

9h Os senadores da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa ouvem, entre outros, o diretor de Pesquisa do Instituto Sangari, Julio Jacobo Waiselfisz. A audiência pública vai debater o mapa da violência 2011, soluções e desafios.

### CRA Debate sobre tecnologia no campo

14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária promove o sétimo debate sobre a situação do setor. O objetivo é avaliar os avanços das inovações tecnológicas no campo, bem como o processo de comunicação dessas inovações aos agricultores e as políticas de acesso aos serviços públicos de assistência técnica e extensão rural. Entre os participantes, o gerente-geral da Embrapa Transferência de Tecnologia, Ronaldo Pereira de Andrade.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões  
Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)  
Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

## PSDB obstrui votação e recorre ao Supremo

O PSDB decidiu obstruir ontem a votação da Medida Provisória 515/10, que abriu crédito extraordinário em favor da Justiça do Trabalho e de órgãos do Poder Executivo, no total de mais de R\$ 26,6 bilhões. O partido alega que a instituição de créditos por MP é inconstitucional e já entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal.

Na quarta-feira, o relator da MP, senador Jorge Viana (PT-AC), já havia avisado que o relatório seria entregue somente na próxima terça. Após o anúncio da obstrução pelo líder do PSDB, senador Alvaro Dias (PR), o presidente José Sarney avisou que a votação seria adiada para a data de entrega do relatório.

Alvaro disse que o partido vai tentar dificultar a votação, mas assumiu que será difícil a obstrução na terça-feira, quando em geral há quórum para votação.

– Nós apresentamos uma ADI e devemos dificultar a aprovação. Obviamente, se o Plenário tiver quórum, só nos cabe votar contra, não teremos como obstruir – afirmou.

Apesar de admitir que será difícil obstruir a votação, já que o governo tem “maioria esmagadora” no Senado, Alvaro Dias espera que os demais partidos da oposição votem contra.

– Certamente, o DEM, o PSOL e o PPS, que sempre combatem a inconstitucionalidade das MPs, também estarão contrários a esta.

## Randolfe defende novo modelo federativo

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) defendeu ontem a revisão do atual modelo de Federação, lembrando que essa foi uma das principais bandeiras da última Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que atualmente apresenta as reivindicações dos prefeitos.

O senador disse que o pacto federativo em vigor é aquele de uma “Federação que não conseguiu encontrar concretamente a sua vocação”. Ele disse que nenhum dos modelos tentados no país funcionou: nem o inspirado no norte-americano, nem a centralização após a Revolução de 1930, nem o empregado no regime militar (1964 a 1985).

Randolfe lembrou ainda que a Constituição federal tentou buscar a descentralização, elevando os municípios à condição de entes federados, mas “a marcha dos prefeitos dá conta de que continuamos a viver uma Federação incompleta”.

Líder do PSDB, Alvaro Dias, anunciou a obstrução à votação da medida provisória e recurso ao Supremo sobre a sua inconstitucionalidade



Waldemir Barreto/Senado Federal

# Senadores exaltam papel dos defensores públicos

A passagem, ontem, do Dia Nacional do Defensor Público foi marcada, no Plenário, com discursos de Wilson Santiago, Mozarildo Cavalcanti e Rodrigo Rollemberg, que destacaram a importância da categoria em assegurar

o acesso de imensa camada da população ao Judiciário. Também foi pedida a contratação, pela Defensoria Pública da União, dos profissionais aprovados em concurso ano passado e o envio de projeto que cria 600 novas vagas no órgão.

## Wilson Santiago quer ampliação da defensoria pública

Wilson Santiago (PMDB-PB) defendeu em Plenário a ampliação da defensoria pública para todos os estados do país, ao lembrar o Dia Nacional do Defensor Público, comemorado ontem. O senador observou que, por meio da instituição, a população carente pode ter acesso universal à Justiça e, dessa forma, garantir plena cidadania.

– Ter defensorias públicas fortes e atuantes, com plenas condições para tal, é o mínimo que se exige de todos os estados brasileiros. A própria Constituição proclama a instituição das defensorias como instância essencial e insubstituível ao ato de distribuir Justiça por todo o Brasil – enfatizou o senador, que também é defensor público de carreira.

Wilson Santiago disse que, em alguns estados, 90% dos processos estão sob a responsabilidade de defensores públicos. E acrescentou que, embora a reforma do Judiciário, aprovada em 2004, tenha representado um avanço, há necessidade de “amplo fortalecimento” da defensoria pública de modo a garantir o direito democrático de acesso à Justiça



Waldemir Barreto/Senado Federal

Para Wilson Santiago, defensorias públicas devem ser fortes e atuantes

## Mozarildo: Brasil precisa de mais defensores federais

Ao lembrar a comemoração, ontem, do Dia Nacional do Defensor Público, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) dirigiu apelo à presidente Dilma Rousseff para que “olhe os tristes números” da Defensoria Pública da União, que tem apenas 480 defensores em todo o país. Em Roraima, disse, há apenas três defensores federais para tratar de questões que envolvem fronteiras, reservas indígenas e florestais, entre outros problemas.

– Devemos meditar sobre a importância do defensor público, até para contraditar a história de que o pobre vai para a cadeia porque não tem advogado, pois esse é o papel do defensor. Se não tem defensor, é falha do governo – observou. Mozarildo lembrou que a Constituição prevê que o Estado garanta um defensor público bem pago que possa assistir os mais pobres e tenha independência para atuar.

O senador fez ainda uma homenagem a seu sobrinho Anderson Cavalcanti de Moraes, que era defensor público em Roraima e morreu em um acidente de carro.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Para Mozarildo, se pobre não tem defensor, a culpa é do governo

## Rollemberg pede convocação de concursados

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) fez, em discurso, um apelo à presidente Dilma Rousseff e à ministra do Planejamento, Miriam Belchior, para que sejam convocados 180 defensores públicos da União aprovados em concurso no ano passado. O senador também pediu o envio ao Congresso Nacional do projeto que cria 600 novas vagas de defensor público federal.

– É necessário conferir-se tratamento diferenciado à questão, já que se trata de uma demanda eminentemente social e urgente, que pode ser tratada como uma das exceções aos contingenciamentos financeiros do governo federal – disse.

Na passagem do dia dedicado ao defensor, Rollemberg lembrou que só existem no Brasil 489 defensores públicos federais, “um número ínfimo” para atender aos 130 milhões de brasileiros que não têm como arcar com um advogado particular para defender seus direitos, segundo dados do IBGE. Ele observou que o governo, em seu esforço pela erradicação da pobreza, deve atentar para a necessidade de ampliar e reforçar a Defensoria Pública da União.



Moreira Mariz/Senado Federal

Rollemberg: “Um número ínfimo para atender a 130 milhões e brasileiros”

## Ferraço cobra solução para aeroporto no ES

A ruptura de convênio feito entre o Exército e a Infraero para reforma do aeroporto de Vitória (ES) foi criticada pelo senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), indignado ao revelar que o Exército, em novo protocolo de intenções com a Infraero, acertou realizar reforma no aeroporto de Guarulhos (SP).

Sem desconsiderar o fato de Guarulhos ser o de maior movimento de passageiros no país, tanto em voos nacionais como internacionais, o senador reclamou do tratamento dado ao aeroporto e à população do Espírito Santo.

– Fico triste e indignado como a maioria dos capixabas. Há cinco anos o aeroporto de Vitória está paralisado. Não é a primeira, não é a segunda, não será a terceira, nem a última vez que utilizamos a tribuna do Senado para clamar por solução para o aeroporto de Vitória. O mais incompetente órgão da República assinou o mesmo protocolo com o Exército para a retomada das obras do aeroporto de Guarulhos – protestou.

Ferraço lembrou que a reforma do aeroporto capixaba foi compromisso assumido pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.



Moreira Mariz/Senado Federal

Ferraço criticou Exército e Infraero por desistirem de convênio

## Senador vê denunciamento no caso de Palocci

O senador Wilson Santiago (PMDB-PB) chamou a atenção para o que considerou “excessos que podem ser cometidos em nome dos denunciamentos puros e simples” e que estariam atrapalhando o andamento dos trabalhos no Senado e na Câmara. Ele se referia à reportagem da *Folha de S. Paulo* sobre o crescimento patrimonial do ministro-chefe da Casa Civil, Antônio Palocci.

Para Santiago, o ministro já apresentou suas explicações à população, ao Congresso Nacional e à Comissão de Ética Pública da Presidência.

– O Congresso precisa manter a serenidade e não parar suas atividades. Tenho certeza de que, a partir de amanhã, com todas as informações, a imprensa se dará por informada e justificada e poderemos continuar cumprindo com o nosso dever de trabalhar e corresponder às expectativas da população – declarou.

Pessoas com deficiência auditiva dizem, em audiência em subcomissão do Senado, que a criação de escolas especiais que usem a língua de sinais é essencial para a inclusão social

## Manifestação pede educação bilíngue com uso da Libras

MEMBROS DE ASSOCIAÇÕES de pessoas com deficiência auditiva e suas famílias fizeram ontem uma marcha na Esplanada dos Ministérios para levar ao ministro da Educação, Fernando Haddad, uma série de reivindicações. Entre elas, a implantação de escolas específicas para deficientes auditivos, nas quais a língua brasileira de sinais (Libras) seja a principal.

Em seguida, fizeram uma manifestação em frente ao Congresso para depois participar de audiência na Subcomissão

Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, presidida por Lindbergh Farias (PT-RJ). O senador disse que as políticas públicas destinadas a pessoas com deficiência auditiva têm ignorado a opinião delas e de suas associações.

A diretora de Políticas Educacionais da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, Patrícia Rezende, e o professor Emiliano Aquino argumentaram que a adoção da Libras é fundamental para a inclusão social dos surdos.

Em Plenário, o senador Paulo Paim (PT-RS) destacou a mobilização explicou que os deficientes auditivos questionam a posição do Ministério da Educação, segundo a qual eles devem estar matriculados na rede regular.

– Todos devem estar na escola regular, mas querem ter o direito de optar.

O deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), presidente da Federação Nacional das Apaes, afirmou que há dificuldade de interlocução entre ONGs e o Ministério da Educação.



Lindbergh Farias (centro da Mesa) preside audiência de subcomissão com a presença de manifestantes

## Escolas especiais do Rio não serão fechadas

Os participantes do debate criticaram também a possibilidade de fechamento das escolas do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines) e do Instituto Benjamin Constant, destinadas a alunos cegos, ambas vinculadas ao governo e localizadas na cidade do Rio de Janeiro. O ministro Fernando Haddad garantiu, como já havia feito no

mês passado, que as escolas não serão fechadas.

O senador Wellington Dias (PT-PI) lembrou que tramita na Câmara dos Deputados o projeto de lei sobre o próximo Plano Nacional de Educação – que ainda terá de ser apreciado no Senado. Ele afirmou que é necessário apresentar emendas a esse texto que prevejam a

instalação de escolas bilíngues para surdos no país – além de medidas relacionadas a outras formas de deficiência.

Patrícia Rezende, da Feneis, estima que existam entre 3 milhões e 4 milhões de deficientes auditivos no país. Mas ressaltou que não há certeza sobre os números, pois o censo do IBGE não incluiu perguntas sobre surdos.

## Rainha sueca quer apoio à proibição de castigo físico contra crianças

A proibição da aplicação de castigo físico a crianças e adolescentes foi tema ontem de encontros do presidente do Senado, José Sarney, com a rainha Sílvia, da Suécia, e com a apresentadora Xuxa Meneghel.

A limitação ao uso de violência na educação de crianças é prevista no Projeto de Lei 7.672/10, do Poder Executivo, em discussão na Câmara dos Deputados. Em 2009, a Suécia completou 30 anos da proibição

do castigo físico contra crianças e adolescentes, tendo sido o primeiro país do mundo a aprovar uma legislação desse tipo.

– O que a rainha Sílvia colocou é que, depois da aprovação da lei, houve uma modificação enorme no jeito de lidar com as crianças na Suécia – disse a 1ª vice-presidente da Casa, Marta Suplicy (PT-SP).

A rainha da Suécia afirmou que os castigos físicos em crianças são grave violação aos direitos humanos fundamentais e não se justificam em qualquer idade, pois “têm efeitos devastadores e abrem espaços para outras formas de violência”.

Sarney opinou que a violência

contra crianças é um lamentável problema cultural.

– É realmente um problema de falta da consciência de que a violência não é a melhor maneira de tratar parentes, filhos e dependentes – assinalou.

### Pelas escolas

Para Sarney, o caminho para combater a violência contra as crianças e adolescentes passa também pelas escolas.

– Temos que encontrar maneiras de revalorizar a escola, de modo a ser uma casa de vinculação sentimental, e não de bullying e violência. A partir da escola, isso se estende para todas as crianças do Brasil – afirmou.



Rainha da Suécia, ao lado de Sarney e de senadores que acompanharam a reunião

## Xuxa: objetivo não é interferir na vida das famílias

A apresentadora de TV Xuxa Meneghel – porta-voz da Rede Não Bata, Eduque – pediu, em audiência com José Sarney, a aprovação do PL 7.672/10, enfatizando que o projeto não é uma interferência do Estado na educação que os pais dão aos filhos.

– Pedi apoio para que a lei saia rápido. A gente não quer se meter na família dos outros, mas sim que a criança tenha o direito, como ser humano, de ser respeitada, ouvida, preservada, de ser amada – explicou.

A secretária de Direitos Humanos, Maria do Rosário; a ministra do STJ Nancy Andrihgi; Martha Paz, do Unicef; e Marta Suplicy (PT-SP) acompanharam Xuxa. A senadora disse que deverá ser relatora da proposta.

– O projeto virá da Câmara para cá e será criada uma comissão especial – explicou Marta.

Já Martha Paz relatou que, nos últimos cinco anos, 28 países aprovaram leis contra castigos físicos em menores de 18 anos.

## Marinor preside Subcomissão da Criança, Adolescente e Idoso

Marinor Brito (PSOL-PA) vai presidir a Subcomissão Permanente da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso, vinculada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Na primeira reunião da subcomissão, realizada ontem, também foi eleito Marcelo Crivella (PRB-RJ) para a vice-presidência.

Marinor agradeceu o apoio de colegas e partidos, convocando a todos para fazer valer os direitos humanos dos segmentos atendidos pela subcomissão, a despeito de diferenças ideológicas. Para a senadora, o desafio não se

limita à tarefa de aperfeiçoar a legislação, mas, sobretudo, fiscalizar e cobrar resultados das políticas públicas voltadas para esses grupos.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), lembrou que, no dia anterior, foi celebrado o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Paim observou que o assunto receberá toda a atenção do colegiado, com as questões da juventude e do idoso, também no seu campo temático. Ana Rita (PT-ES), vice-presidente da CDH, observou que as estatísticas sobre abusos são alarmantes e inaceitáveis.

## CPI do Tráfico de Pessoas adia segunda audiência pública

A audiência pública da CPI do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil, marcada para ontem, foi adiada. Nenhum dos convidados a participar da audiência pôde comparecer na que seria a segunda reunião da CPI. Todos enviaram justificativas e se colocaram à disposição para participar em outra data.

Haviam sido convidados os delegados Delano Cerqueira e Paula Dora Aostri Morales, da Divisão de Direitos Humanos da

Polícia Federal; três integrantes do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (Unodc): Bo Mathiasen, Nívio Nascimento e Rodrigo Vitória; e o presidente da organização Safernet Brasil, Thiago Tavares Nunes de Oliveira.

Não foi definida uma nova data, mas a audiência deve ser realizada na primeira semana de junho. Antes disso, na próxima terça-feira, a comissão realizará uma reunião de trabalho.



Lídice da Mata (E), Vanessa Grazziotin e Marinor Brito: debate adiado

## Lídice elogia mobilização contra abuso e exploração sexual

Lídice da Mata (PSB-BA) elogiou as diversas atividades oficiais realizadas na quarta-feira, em virtude do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Ela

lembrou que o Plenário foi palco de muitos discursos sobre o tema e registrou a realização do 1º Encontro Nacional de Experiências de Tomada de Decisão Especial de Crianças e Adolescentes no Judiciário,

organizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com a Unicef e com a organização não governamental Childhood Brasil.

A World Childhood Foundation foi criada em 1999 pela

rainha Sílvia, da Suécia, com o objetivo de defender os direitos da infância em todo o mundo e promover melhoria nas condições de vida de crianças em situação de vulnerabilidade.

## Collor comenta debate da CRE sobre emergentes

O senador Fernando Collor (PTB-AL) relatou o debate sobre a política externa da China, Índia e África do Sul, realizado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), na noite de segunda-feira.

Com base na audiência, Collor destacou que, de maneira geral, "os emergentes não estão caminhando no sentido de uma ruptura ou desafio da ordem existente". Ele apontou um cenário positivo para o Brasil em comparação a outros países emergentes.

Na audiência foram ouvidos os professores Severino Bezerra Cabral Filho, do Instituto Brasileiro de Estudos de China e Ásia Pacífico; Oliver Stuenkel, da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo; Ubiratan Castro de Araújo, da Fundação Pedro Calmon; e Ricardo Sennes, da Universidade de São Paulo.



Reunião da CRE, presidida pelo senador Fernando Collor: moradores deverão pedir a emissão de uma "carteira de trânsito vicinal fronteiriço" para terem direito às vantagens

Márcio Kallum/Senado Federal

# Comissão aprova benefícios para habitantes da fronteira

Brasileiros e argentinos que vivem nas cidades próximas ao limite entre os dois países vão poder trabalhar, estudar e circular livremente no território vizinho, prevê acordo

BRASILEIROS E ARGENTINOS que vivem nas chamadas "localidades fronteiriças vinculadas" estão mais próximos de garantir direitos como os de frequentar escolas e hospitais dos dois lados da fronteira. Essas são algumas das inovações contidas em acordo bilateral aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e enviado para decisão final do Plenário.

O Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, assinado na cidade argentina de Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005, estabelece que os residentes em cidades localizadas na fronteira terão

direito a uma carteira de trânsito vicinal fronteiriço, com o qual poderão trabalhar no país vizinho, com direitos trabalhistas e previdenciários. Terão ainda direito ao ensino público e aos serviços públicos de saúde "em condições de gratuidade e reciprocidade".

Da mesma forma, os portadores da carteira poderão requerer que seus carros sejam identificados especialmente e possam circular livremente dos dois lados da fronteira. No acordo, os dois países se comprometem a promover intercâmbio de professores, alunos e materiais educativos. E o ensino de História e Geografia será realizado

com uma "perspectiva regional e integradora, com ênfase em aspectos comuns regionais e estimulando uma visão do vizinho como parte de uma mesma comunidade", segundo a relatora do projeto de decreto legislativo (PDS 104/11), senadora Ana Amélia (PP-RS), que defendeu a aprovação do texto.

– Acordos como esse estão entre os grandes motivos de interesse da integração regional pretendida no âmbito do Mercosul – disse Ana Amélia, lembrando que um acordo semelhante já foi firmado com o Uruguai e que um novo será estabelecido entre o Brasil e o Paraguai.

## Ratificados sete acordos internacionais

A CRE também aprovou ontem o acordo de serviços aéreos que o Brasil firmou com Cingapura, em novembro de 2008. Segundo o relator do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 78/11, senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), o acordo aprovado – que substitui um anterior, firmado em 1997 – "tem o mérito de ampliar as possíveis rotas entre os dois países".

Seis outros projetos de decreto legislativo também passaram pelo crivo da CRE e serão examinados em Plenário. O PDS 639/10 e o PDS 642/10 aprovam um acordo cultural e um acordo de cooperação técnica com o Uzbequistão. Ambos tiveram como relator o senador Blairo Maggi (PR-MT). Já os PDSs 645/10 e 646/10 aprovam acordos culturais firmados com Guatemala e Botsuana e foram relatados na comissão pela senadora Ana Amélia (PP-RS).

O PDS 647/10, também analisado por Ana Amélia, aprova acordo de cooperação educacional firmado com a República de Seicheles. E o PDS 74/11, cujo relator foi Luiz Henrique (PMDB-SC), aprova texto de decisão da 38ª reunião de ministros da Organização Latino-Americana de Energia, alterando o nome da entidade para Organização Latino-Americana e Caribenha de Energia.



Waldemir Barreto/Senado Federal

João Pedro: Sisfron vai monitorar os 17 mil km de fronteiras do Brasil

## João Pedro elogia projeto do Exército sobre fronteiras

João Pedro (PT-AM) elogiou em Plenário o Sistema Integrado de Vigilância e Monitoramento das Fronteiras (Sisfron), projeto já em andamento e que será totalmente implantado pelo Exército, em conjunto com o Ministério da Defesa, até 2019.

O Sisfron possui tecnologia avançada e monitora os 17 mil quilômetros de fronteiras do país. Ele fez o comentário após visita, ontem, de senadores e deputados às instalações do Exército em Brasília.

– Quero chamar a atenção para a importância de olhar para as nossas fronteiras. O Brasil merece essa política inovadora, oportuna, atual de controlarmos nossas fronteiras com base na tecnologia – disse o parlamentar, pedindo uma política especial para a Amazônia.

## Fronteira ajudou a formar cultura dos dois países



Delimitada por tratado de 1898, que posteriormente sofreu ajustes, a fronteira do Brasil com a Argentina foi palco de muitas disputas que ajudaram a moldar a cultura dos dois países. Com mais de 1.200 quilômetros de extensão por rio, a fronteira começa nas cataratas do Iguazu, no Paraná, segue os percursos do rio Iguazu, do rio Santo Antônio, do rio Peperi Guassu e do rio Uruguai até a foz do rio Quaraí, no Rio Grande Sul.

A imagem do gaúcho da fronteira, que enfrenta a dificuldade – e também a liberdade – de viver distante do centro de governo, é um fenômeno comum entre brasileiros e argentinos. Nas fronteiras, vestuário, crenças, lendas, tradições, arquitetura, cotidiano, relações, trabalho

e lazer são ao mesmo tempo mesclados, por suas características fronteiriças, e separados pela diferença de línguas e de países.

A cidade brasileira na fronteira com a Argentina mais famosa do ponto de vista turístico é Foz do Iguazu (PR), o segundo maior destino de turistas estrangeiros no Brasil e o primeiro da região Sul, que faz limite com Puerto Iguazu, no lado argentino, e Ciudad del Este, no Paraguai. Do ponto de vista político, a cidade que se destaca é São Borja (RS), berço e última morada do presidente Getúlio Vargas. Outras cidades importantes dessa fronteira são Porto Xavier (RS), Uruguaiana (RS), Itaqui (RS), Dionísio Cerqueira (SC) e Itapiranga (SC).

## CDH vai pedir ao Itamaraty atenção para caso de brasileiro preso nos EUA

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), senador Paulo Paim (PT-RS), pedirá a atenção do Ministério das Relações Exteriores para o caso do brasileiro Ricardo Costa, preso há mais de dois anos na cidade de Camp Verde, no Arizona (EUA). Em nome da comissão, outra carta será dirigida à embaixada dos Estados Unidos, com apelo para que o brasileiro possa responder em liberdade por suposto crime de abuso contra os filhos.

O brasileiro vem sustentando sua inocência e se diz vítima de calúnia da ex-mulher, uma norte-americana de quem se divorciou depois de 16 anos de casamento. Seria uma vingança motivada pelo pedido de separação, depois que ele arranhou uma namorada. A história foi relatada aos membros da comissão, a partir de carta da mãe do acusado, Rosa Cristina Azevedo Costa.

De acordo com a mãe, o filho tem direito a responder pelo crime em liberdade, pois já se

passaram mais de 150 dias desde a prisão e ele não foi julgado. A mãe diz que essa é uma regra da Constituição americana, que também assegura a liberdade até o julgamento por meio de fiança, calculada na proporção dos bens do acusado. Observou, no entanto, que a Justiça americana fixou a fiança em US\$ 75 milhões, o que ela considerou um ato de "xenofobia e preconceito" contra um brasileiro. O filho não tinha antecedentes criminais e era um residente legal no país (possui *green card*).



Ana Rita e Paulo Paim, na CDH: carta será enviada à embaixada americana

J. Freitas/Senado Federal

Presidente da CRA, Acir Gurgacz, afirma que audiência pública com a presença da ministra Izabella Teixeira ganha maior relevância em razão da reforma do Código Florestal e do anúncio de aumento do desmatamento na Amazônia

# Ministra do Meio Ambiente participa dia 2 de debate sobre Código Florestal

A MINISTRA DO Meio Ambiente, Izabella Teixeira, confirmou participação em audiência pública conjunta das comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), no dia 2 de junho. O anúncio foi feito ontem pelo presidente

da CRA, senador Acir Gurgacz (PDT-RO).

Para Gurgacz e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), presidente da CMA, o debate com a ministra ganha maior relevância frente à discussão da reforma do Código Florestal e ao recente anúncio de aumento do desmatamento na Amazônia.

Estudo do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), divulgado quarta-feira, aponta o desmatamento de 593 quilômetros quadrados na Amazônia nos dois últimos meses, sendo 81% no Mato Grosso.

Acir Gurgacz elogiou a atuação de Izabella Teixeira no enfrentamento do problema, adotando

medidas que “separam o que é desmatamento ilegal e o que é desmatamento legal”. Blairo Maggi (PR-MT) concordou que o governo não deve ser “complacente com os que estão errados”. Para ele, o agronegócio não pode ficar refém “de meia dúzia de pessoas” que atuam contra os interesses da sociedade.

## Indicações para a ANP serão votadas na 5ª

A sabatina e posterior votação das indicações presidenciais de Florival Rodrigues de Carvalho e Helder Queiroz Pinto Junior para comporem a diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) serão na quinta-feira, na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), informou ontem a presidente Lúcia Vânia (PSDB-GO).

O economista Helder Queiroz, de 52 anos, tem mestrado em Planejamento Energético e doutorado em Economia da Energia. Florival Rodrigues, 49, especialista em Engenharia de Segurança, é mestre e doutor em Engenharia Química.

## MP de incentivos à economia vai a debate

A CI realiza na quarta-feira audiência pública para discutir a medida provisória (MP 517/10), ainda em exame na Câmara dos Deputados, que concede incentivos tributários a vários setores da economia, prorroga até 2035 a Reserva Global de Reversão (RGR) e estende por mais um ano o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa). A reserva é aplicada na expansão e melhoria dos serviços de energia elétrica e constituída por recursos pagos pelas distribuidoras de energia, que repassam o custo para o consumidor final.

O requerimento para realização do debate, do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), foi aprovado na reunião da CI de ontem.

## Davim atribui culpa à perspectiva de anistia



Paulo Davim

O senador Paulo Davim (PV-RN) disse que o desmatamento no Brasil já vem sendo incrementado com a “eventual perspectiva” de anistia a quem cometeu crimes ambientais, presente na discussão do novo Código Florestal, que se encontra em votação na Câmara dos Deputados. Posteriormente, o projeto será analisado pelo Senado.

Para embasar a sua avaliação, o senador citou relatório divulgado pelo Ministério do Meio Ambiente, que aponta um aumento de 27% (ou 1.848 quilômetros quadrados) no desmatamento da Amazônia entre agosto de 2010 e abril de 2011.

De acordo com o relatório, somente entre março e abril deste ano, o aumento foi de 473% em relação ao mesmo período do ano anterior.

## João Pedro elogia gabinete de crise

O senador João Pedro (PT-AM) parabenizou a ministra do Meio Ambiente, Izabela Teixeira, pela criação de um gabinete de crise especialmente para combater o aumento do desmatamento na região amazônica, especialmente no Mato Grosso, registrado pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe) nos meses de março e abril. Ele disse considerar fundamental a compatibilização do desenvolvimento agrícola com a proteção ambiental.

– A ciência já oferece ferramentas para não destruímos a natureza da Amazônia. Precisamos mudar essa cabeça do século 19 e achar que temos que derrubar para produzir. Nós temos que encontrar esse ponto da floresta em pé, da água límpida, e do campo produzindo – disse.

João Pedro afirmou que o debate sobre o novo Código Florestal precisam ter por base um compromisso ético com as gerações futuras, de modo a não destruir os biomas, as florestas e os rios brasileiros.

## Jayme nega aumento da derrubada em MT



Jayme Campos

O senador Jayme Campos (DEM-MT) assegurou que seu estado respeita o meio ambiente e classificou de “exageros que se apoiam em fatos isolados” as denúncias que apontam aumento de desmatamento no Mato Grosso.

– Só estão acontecendo essas denúncias agora porque se está discutindo o Código Florestal na Câmara. Não podemos em hipótese alguma penalizar o estado diante de fatos que fatalmente estão acontecendo de forma isolada – disse o senador.

Para o parlamentar, no estado há uma consciência de preservação e de compatibilização do desenvolvimento com a defesa do meio ambiente. O senador destacou a produção da soja e do etanol e atribuiu as denúncias a “interesses externos”.

## CDH aprova debate sobre projeto da homofobia

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem requerimento de audiência pública com entidades da sociedade para debater o projeto de lei da Câmara (PLC 122/06) que crimi-

naliza a homofobia. Embora o pedido ressalte a participação de instituições religiosas, ficou acertado que esse debate envolverá as correntes contrárias e favoráveis à proposta.

A princípio, Marinor Brito

(PSOL-PA) declarou seu voto contrário ao requerimento de Magno Malta (PR-ES) e defendido por Ataídes Oliveira (PSDB-TO). Ela justificou sua atitude mencionando a retirada de pauta do PLC 122/06 a pedido da relatora, Marta Suplicy (PT-SP), que negocia um texto de consenso.

A própria Marinor pediu o adiamento da votação de requerimento similar de Marta. Ponderação de Demóstenes Torres (DEM-GO) no sentido de se aprovar o requerimento de Malta e negociar, posteriormente, o momento e o formato adequado do debate, acabou pondo fim à polêmica.

## Crivella sugere texto que proíbe incitação ao ódio

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) propôs à relatora Marta Suplicy uma alternativa ao texto do PLC 122/06, que criminaliza a homofobia. O substitutivo, disse, tem objetivo de buscar o consenso e foi apresentado também a religiosos e ativistas dos direitos de homossexuais.

A nova proposta criminalizaria a violência, o preconceito e a discriminação contra os homossexuais sem agredir o direito de sacerdotes, pastores,



Crivella apresenta alternativa à relatora na CDH, Marta Suplicy

padres e ministros religiosos expressarem seu pensamento. Poderiam dizer que, em sua visão, o homossexualismo é pecado, sem ofender ou criar qualquer tipo de incitação ao ódio ou à violência.



Demóstenes Torres (E), Ataídes Oliveira e Randolfe Rodrigues: todas correntes serão ouvidas

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º vice-presidente:** Marta Suplicy  
**2º vice-presidente:** Wilson Santiago  
**1º secretário:** Cícero Lucena  
**2º secretário:** João Ribeiro  
**3º secretário:** João Vicente Claudino  
**4º secretário:** Ciro Nogueira  
**Suplentes de secretário:** Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marta Suplicy • Randolfe Rodrigues • João Pedro • Jayme Campos. • Blairo Maggi • Rodrigo Rollemberg • Paulo Paim

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino  
**Edição:** Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
**Site:** www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

### Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333  
**Editor-chefe:** Flávio Faria  
**Editores:** José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves  
**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle  
**Reportagem:** Cíntia Sasse  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

**Site:** www.senado.gov.br/jornal – **E-mail:** jornal@senado.gov.br  
**Tel.:** 0800 61 2211 – **Fax:** (61) 3303-3137

**Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF**  
**CEP:** 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

\* Licenciado por 121 dias, a partir de 29 de março de 2011.

## Wellington apoia reivindicações do Grito da Terra

O senador Wellington Dias (PT-PI) comemorou em Plenário sua eleição para a presidência da Subcomissão Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza, vinculada à Comissão de Direitos Humanos (CDH). A escolha do senador foi acompanhada por trabalhadores do movimento Grito da Terra. Eles também entregaram ao presidente do Senado, José Sarney, reivindicações do setor, reunidas no documento *Pauta do Campo*, apoiado por Wellington Dias.

– Gostaria de ressaltar a importância da luta dos trabalhadores do campo, principalmente dos pequenos agricultores, que são maioria no meu estado, que foram recebidos aqui e também pelo governo e pela Assembleia Legislativa do Piauí. Estaremos aqui apoiando essas importantes propostas – declarou.



Wellington presidirá a subcomissão sobre erradicação da miséria

Wellington Dias também saudou o início da obra da BR-235, no trecho entre a divisa do Piauí com a Bahia, no sul daquele estado. A construção da rodovia, que, segundo o senador, passa por uma importante região de minérios, estava paralisada há algum tempo. A retomada da obra foi conseguida em uma reunião do senador com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento.

## Pinheiro destaca dia de luta dos trabalhadores

O senador Walter Pinheiro (PT-BA) fez, em Plenário, um balanço positivo do que considerou um importante dia de luta dos trabalhadores em Brasília. O senador falava do movimento Grito da Terra Brasil, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), e da mobilização dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate a endemias, que estiveram no Senado na quarta-feira.

Walter Pinheiro afirmou que o Congresso Nacional já se acostumou com a presença de representantes desses dois movimentos pelos corredores da Câmara e do Senado, reivindicando melhores condições de trabalho para suas categorias.

O senador comemorou os acordos fechados com o gover-



Walter Pinheiro acha importante que movimentos venham ao Congresso

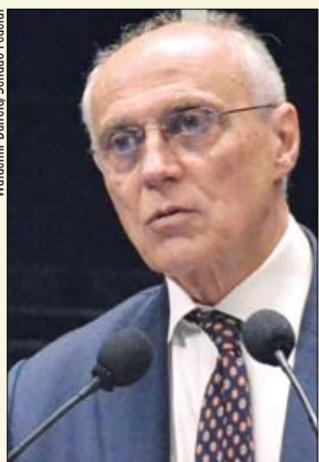
no federal pelos trabalhadores rurais, que também apresentaram ao Senado a *Pauta do Campo*, com as prioridades do setor. Walter Pinheiro registrou ainda o anúncio da presidente Dilma Rousseff de criação de uma superintendência, no âmbito da Caixa Econômica Federal, para cuidar de habitação rural.

## Suplicy: população de rua apoia renda básica de cidadania

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) enfatizou ontem o “bom relacionamento” da presidente Dilma Rousseff com os movimentos sociais. Ele leu uma carta do Movimento Nacional da População de Rua, de 23 de dezembro passado, e endereçada ao então presidente Lula e a Dilma Rousseff.

Na carta, a entidade declara apoio a Dilma e agradece a visita que Lula e a então recém-eleita presidente fizeram aos moradores de rua. O texto diz que “é hora de o governo universalizar o direito de todos participarmos da riqueza de nossa nação. Avaliamos como fundamental, em breve, estendermos a renda básica de cidadania (RBC) a toda a população”.

– Com a RBC, os que têm mais



Suplicy afirma que Dilma mantém boa relação com movimentos sociais

deverão contribuir para que eles próprios e todos os demais venham a receber. Sabemos que a própria lei diz que a RBC será alcançada por etapas. Mas, Vossas Excelências terão todo o apoio da população de rua para que deem os passos necessários para torná-la uma realidade – leu Suplicy.

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprova projeto que destina verbas do Fundo Nacional de Meio Ambiente para recuperar áreas degradadas e torná-las produtivas

# Fundo destina recursos para recuperar terras degradadas

PROJETO QUE PREVÊ o uso de recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente para financiar a recuperação de áreas degradadas foi aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). A matéria segue para votação terminativa na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A ideia do autor do PLS 606/07, o ex-senador Valter Pereira, é aumentar a oferta de áreas agricultáveis antes exploradas e hoje abandonadas por estarem degradadas. A medida prevista no projeto, argumenta, reduzirá a pressão para abertura de novas áreas em terras ainda florestadas.

Além da ampliação das terras agricultáveis, o relator, senador Blairo Maggi (PR-MT), afirma que a recuperação de áreas degradadas resulta em benefícios ambientais, como a redução de assoreamento dos rios e o aumento da capacidade de absorção de água da chuva pelo solo.

Waldemir Moka (PMDB-MS) complementa os benefícios ambientais decorrentes da recuperação de áreas de pastagens degradadas:

– Quando se recupera pasta-



Acir Gurgacz (E) e Waldemir Moka destacaram vantagens do projeto aprovado

gem degradada, a planta nova, chamada gramínea, captura muito mais carbono do que uma árvore adulta.

O projeto também recebeu apoio dos senadores Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Gleisi Hoffmann (PT-PR). O senador pelo Distrito Federal estimou entre 30 milhões e 50 milhões de hectares a área de pastagens degradadas no Cerrado. Conforme observou, o país dispõe de conhecimento técnico para fazer a recuperação dessas terras e, com o reforço de recursos do fundo, será possível amenizar a pressão sobre biomas ainda preservados.

O presidente da CRA, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), lembrou que recursos para recuperação de solo favorecem a atividade agrícola e ajudam a manter as famílias rurais no campo.

## Agrotóxicos

Na mesma reunião, foi dada vista coletiva do PLC 55/07, que altera a Lei dos Agrotóxicos (Lei 7.802/89). A relatora, senadora Ana Amélia (PP-RS), acolheu emendas aprovadas em duas comissões (CCJ e CMA) e apresentou voto pela aprovação do texto. Após discussão na CRA, a matéria vai ao exame do Plenário.

## Reformulação do crédito rural em debate na CRA

Os senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária querem conhecer as modificações nas regras do crédito rural que estão sendo estudadas pelo Executivo. Para tanto, aprovaram ontem requerimento convidando representantes do governo para discutir o assunto em audiência pública, agendada para o dia 9.

Gleisi Hoffmann (PT-PR), que assina o requerimento em conjunto com Ana Amélia (PP-RS), argumenta ser necessário discutir e sugerir medidas para a nova política de crédito agrícola, “que deve ser duradoura, não sofrendo mudanças a cada plano safra”.

Serão convidados para a audiência representantes dos minis-



Gleisi Hoffmann: crédito agrícola não deve sofrer mudança a cada plano safra

térios da Fazenda, da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário; do Banco do Nordeste do Brasil e do Banco do Brasil.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) também anunciou que a comissão realiza, hoje, painel sobre as

inovações tecnológicas no campo e o acesso dos agricultores a essas inovações.

O evento será realizado no Parque Tecnológico Ivaldo Censi, durante a feira Agrobrasília 2011, no DF.

## Escassez de água ameaça planeta, diz Lindbergh

Em um futuro próximo, a escassez de água poderá comprometer a produção de alimentos no planeta, caso os governos nacionais não adotem medidas capazes de elevar a produtividade hídrica em todo o mundo. A avaliação é de Lindbergh Farias (PT-RJ), que ontem fez pronunciamento sobre o tema.

Lindbergh lembrou que a Organização das Nações Unidas (ONU) estima que 1 bilhão de pessoas não têm acesso a água tratada e muitas ainda morrem em decorrência de doenças transmitidas pela contaminação dos mananciais.

O senador ressaltou que o país

possui na Amazônia o maior rio em extensão e volume de água do planeta e que a região recebe chuvas abundantes em todo o ano, em mais de 90% de sua área.

Ele também destacou que o território brasileiro está assentado sobre dois grandes aquíferos, o Guarani e o de Alter do Chão, embora haja irregularidade na distribuição de água em várias regiões do país.

A utilização dos recursos hídricos, lembrou, foi debatida na quarta-feira, em audiência pública promovida pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20.



O senador destaca que 1 bilhão de pessoas não têm acesso a água tratada

## Armando: "Brasil precisa andar mais depressa"

Armando Monteiro (PTB-PE) disse que é preciso criar um ambiente propício à elevação da produtividade, tendo em vista que a gestão pública no país nem de longe é compatível com a importância que o Brasil tem adquirido no mercado internacional.

Para o senador, apesar de o país ter tido um desempenho econômico favorável nos últimos anos, ainda tem muito para avançar, especialmente no novo ambiente econômico internacional, que está sendo marcado pelo acirramento da competição.

– Se o Brasil não andar mais depressa para enfrentar a agenda da produtividade, poderá ser tarde – alertou.

Depois de lembrar que o país já vem perdendo pontos no ranking da competitividade global, Armando Monteiro



Armando Monteiro diz que país precisa elevar a produtividade

mencionou matéria do jornal *Folha de S. Paulo* de quarta-feira sobre avaliação feita em 59 países, na qual o Brasil ocupa a 44ª posição, ficando atrás de México, Peru, Itália, Filipinas, Turquia e Emirados Árabes.

– O mundo não vai ficar esperando que o Brasil resolva problemas sistêmicos estruturais. Poderá ser tarde. O Brasil perdeu espaço no comércio internacional porque está atrasado – afirmou.

## Luiz Henrique lamenta queda do Brasil em ranking

Luiz Henrique (PMDB-SC) lamentou em discurso o fato de o Brasil ter perdido, em um ano, seis pontos no ranking da competitividade internacional. Segundo o senador, essa é uma questão para "profunda reflexão" do Congresso e dos governos federal, estaduais e municipais.

– Embora seja a 8ª economia do mundo, o Brasil é o 44º em competitividade, em uma relação com as 59 economias mais avançadas do mundo – lamentou.

De acordo com o senador, a política cambial, as altas taxas de juros e a elevada carga tributária são fatores que impedem o Brasil de mostrar sua competitividade no mesmo grau da grandeza de sua economia.

– A infraestrutura do país e



Luiz Henrique lembra que Brasil é o 44º país em competitividade

a baixa produtividade nacional também colaboram para o Brasil ser pouco competitivo afirmou.

Luiz Henrique disse que, no ano passado, o Brasil foi ultrapassado por México, Peru, Filipinas, Turquia e Emirados Árabes. Para o senador, a competitividade é um assunto que deve ser prioritário nas discussões do Senado e da sociedade brasileira.

## Blairo destaca exportações de algodão

O senador Blairo Maggi (PR-MT) relatou sua recente viagem a Cingapura e a Hong Kong, integrando uma comissão da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) e de diversas associações estaduais para buscar novos compradores para o produto brasileiro.

Segundo o senador, em Cingapura, os agricultores conseguiram reunir compradores de países próximos como Malásia, Vietnã e Bangladesh, aumentando as oportunidades de venda.

Blairo disse que a nova safra de algodão deve atingir 2 milhões de toneladas, das quais 851 mil toneladas serão exportadas, um aumento de 157% em relação ao total vendido ao exterior em 2004.

– Antes de plantar, já conseguimos colocar o nosso algodão em qualquer parte do mundo – informou.

## Jayme Campos critica modelo de leilão de biodiesel

O senador Jayme Campos (DEM-MT) criticou o modelo de leilões de biodiesel da Agência Nacional do Petróleo (ANP), para ele prejudiciais aos pequenos e médios produtores. Os leilões não-presenciais, por meio dos quais o governo compra o combustível, constituiriam um "sistema predatório" que favorece os grandes fornecedores.

– As grandes usinas ganham seus lotes e podem fazer média nos lotes menores, achatando os preços destes para alijar os pequenos e médios concorrentes – criticou.

Jayme Campos destacou a importância do biodiesel como alternativa renovável e pouco poluente, comparado ao combustível fóssil, além de ter "alto potencial de geração de empregos rurais", com a inclusão de mais de 270 mil famílias na agricultura familiar.

Regulamentação da profissão é principal bandeira do grupo de senadores e deputados que se reuniu ontem em Brasília com mais de 200 profissionais de todo o país

# Criada frente parlamentar em defesa dos motoristas

A REGULAMENTAÇÃO DA profissão de motorista, com melhores condições de trabalho para a categoria, é a principal bandeira da Frente Parlamentar em Transportes Terrestres, lançada ontem no Auditório Petrônio Portella do Senado.

Mais de 200 motoristas de vários estados lotaram o auditório, assistiram a um vídeo sobre as condições adversas do exercício da atividade e aplaudiram os discursos dos parlamentares.

Um dos presentes foi o senador Clésio Andrade (PR-MG), presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT), que

defendeu a regulamentação da profissão prevista no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 319/09.

O senador Paulo Paim (PT-RS) enfatizou a importância de um dos pontos do projeto já aprovado pelos deputados – a aposentadoria especial. Ele elogiou a presença de Clésio, que representa a categoria patronal, e pediu aos motoristas que aplaudissem o parlamentar.

Clésio citou sua origem como cobrador e motorista de ônibus e afirmou que ainda hoje mantém sua carteira de habilitação categoria D, usada pelos condutores de veículos pesados. Disse que somente quem nunca

dirigiu um ônibus ou caminhão, sob intensa pressão psicológica, ficaria contra a regulamentação da profissão.

## Aposentadoria

Segundo o parlamentar, a aposentadoria especial aos 25 anos para motorista, em virtude da natureza estressante e prejudicial à saúde da atividade, é muito justa. Ele anunciou também um programa de formação de 80 mil novos motoristas por ano, a cargo do Serviço Social do Transporte (Sest) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat), entidades que também preside.



Senadores e deputados, com os trabalhadores ao fundo, assistem a um vídeo mostrando riscos da profissão de motorista

## Gleisi comemora bons resultados da economia

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse ontem que os recentes resultados da economia são motivo para comemoração. Para ela, a economia do país está em uma trajetória crescente e a geração de emprego e renda acompanha esse crescimento. Além disso, acrescentou, a inflação está controlada.

– Estamos vendo que o combate à inflação está sendo consistente, determinado, sem colocar em risco os ganhos econômicos que o nosso país já teve – afirmou Gleisi, dirigindo os elogios à presidente Dilma Rousseff e ao presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

## Walter Pinheiro elogia controle da inflação

O senador Walter Pinheiro (PT-BA) também elogiou a atuação da equipe econômica do governo no controle da inflação. O senador baiano citou o Boletim Focus, do Banco Central, que mostra queda de 6,33% para 6,31% na expectativa de inflação para 2011.

– A competência no controle da inflação tirou o tema da manchete dos jornais – disse o senador.

Walter Pinheiro criticou a oposição que, segundo ele, explorou o tema da inflação numa sucessão de discursos, parecendo se apoiar na "lógica do quanto pior, melhor".

## Vanessa critica incentivo para fábrica de tablets

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou ontem que a Zona Franca de Manaus será extremamente prejudicada se o governo cumprir a promessa de editar e publicar até hoje uma medida provisória que concede incentivos fiscais aos fabricantes de componentes eletrônicos para tablets. Com a medida, haverá isenção do PIS-Cofins, que hoje é de 9,25%, e redução do IPI, de 15% para 3%.

A senadora comentou notícias de que a empresa chinesa Foxconn, que seria beneficiada pela MP, se instalará no estado de São Paulo, que, segundo ela, já detém 35% do PIB nacional.

## Renan exalta aumento na oferta de empregos

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) comemorou ontem o aumento na geração de empregos no Brasil, em especial nas regiões Norte e Nordeste. Renan disse que o Norte do país, desde 2008, após a crise financeira internacional, apresentou o maior crescimento na criação de empregos formais. Segundo ele, foram abertas 144 mil vagas no ano passado, ante 60 mil dois anos antes, o que representou um aumento de 138%.

Já no Nordeste, informou, a elevação foi de 90%, com a passagem de 266 mil para 506 mil empregos com carteira assinada no mesmo período.



Renan: 144 mil vagas

## Maldaner alerta contra "medidas ortodoxas"

Para Casildo Maldaner (PMDB-SC), apesar de o fantasma da inflação estar rondando a economia após tanto tempo de estabilidade, as necessárias medidas para combatê-la não podem deter a escalada de crescimento. Segundo ele, inúmeros economistas apontam que medidas rígidas e amargas, como a elevação da taxa de juros, ocasionam efeitos colaterais danosos ao dinamismo da atividade econômica.

– A perspectiva de elevação de inflação deve merecer nossa atenção e cuidado, mas não podemos receber pesticidas mortais que comprometam a vitalidade de nossa economia – disse.



Maldaner: pesticidas